

EDSON DE RESENDE CASTRO

Promotor de Justiça

Coordenador Eleitoral do Ministério Público de Minas Gerais

Membro Auxiliar da Procuradoria-Geral Eleitoral junto ao TSE

Professor de Direito Eleitoral em programas de pós-graduação e
em cursos de aperfeiçoamento para Juizes e Promotores Eleitorais

Membro da Comissão de Juristas do Senado Federal, em 2010, para o Novo Código Eleitoral

Membro da Comissão Relatora da Reforma Eleitoral do MCCE, em 2013

CURSO DE DIREITO ELEITORAL

11ª EDIÇÃO
Revista e Atualizada

**DE ACORDO COM A EMENDA CONSTITUCIONAL N. 111/2021,
COM A LEI COMPLEMENTAR N. 184/2021, COM AS LEIS N. 14.192/2021,
14.208/2021, 14.211/2021 E 14.291/2022 E COM AS RESOLUÇÕES DO
TSE PARA AS ELEIÇÕES DE 2022**

editora
Del Rey

Belo Horizonte
2022



Copyright © 2022 Editora Del Rey Ltda.

Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida, sejam quais forem os meios empregados, sem a permissão, por escrito, da Editora.

Impresso no Brasil | Printed in Brazil

EDITORA DEL REY LTDA

Editor: Arnaldo Oliveira

Editor Adjunto: Ricardo A. Malheiros Fiuza
(*in memoriam*)

Coordenação Editorial: Leticia Neves

Diagramação e capa: Alfstudio

Editora:

Rua dos Goitacazes, 71 – Lojas 20 a 24
Centro – Belo Horizonte – MG
CEP 30190-050

Comercial:

Tel.: (31) 3284-3284
vendas@editoradelrey.com.br

Editorial:

Tel.: (31) 2516-3340
editorial@editoradelrey.com.br

Conselho Editorial:

Alice de Souza Birchal
Antônio Augusto Cançado Trindade
Antonio Augusto Junho Anastasia
Antônio Pereira Gaio Júnior
Aroldo Plínio Gonçalves
Carlos Alberto Penna R. de Carvalho
Dalmar Pimenta
Edelberto Augusto Gomes Lima
Edésio Fernandes
Felipe Martins Pinto
Fernando Gonzaga Jayme
Hermes Vilchez Guerrero
José Adércio Leite Sampaio
José Edgard Penna Amorim Pereira
Luiz Guilherme da Costa Wagner Junior
Misabel Abreu Machado Derzi
Plínio Salgado
Rénan Kfuri Lopes
Rodrigo da Cunha Pereira

Castro, Edson de Resende
C355c Curso de direito eleitoral / Edson Resende Castro. – 11. ed. rev.
e atual – Belo Horizonte: Del Rey, 2022.
XXVIII, 876 p. – Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-00-43901-4

1. Direito eleitoral – Legislação – Brasil 2. Eleições - Brasil
3. Justiça Eleitoral 4. Campanha eleitoral 5. Crime eleitoral I. Título

CDU 342.8(81)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DA 1ª EDIÇÃO	VII
NOTA DO AUTOR À 11ª EDIÇÃO	XI

TÍTULO I NOÇÕES INTRODUTÓRIAS

Capítulo I

CONCEITO E ALCANCE DAS NORMAS ELEITORAIS	3
1. Conceito.....	3
2. Capacidade eleitoral ativa e passiva	3
3. Organização do corpo eleitoral e das circunscrições eleitorais	4
4. Zonas Eleitorais.....	4
5. Sistemas eleitorais majoritário e proporcional	5
6. Quociente eleitoral e quociente partidário (impactados pelas Leis n. 13.165/2015, 13.488/2017 e 14.211/2021).....	5
7. Processo eleitoral.....	10
8. Competência da Justiça Eleitoral	10

Capítulo II

FONTES DO DIREITO ELEITORAL	13
1. Constituição Federal.....	13
2. Código Eleitoral (atualizado até a Lei n. 14.211/2021).....	14
3. Lei das Eleições (Lei n. 9.504/97, atualizada até a Lei n. 14.211/2021: princípio da anualidade.....	15
4. Lei Complementar 64/90 (com a Lei da Ficha Limpa e com a LC 184/2021)	24
5. Lei 6.091/74: transporte e a alimentação dos eleitores	25
6. Resoluções do TSE.....	26

Capítulo III

O DIREITO PARTIDÁRIO	27
1. Autonomia do direito partidário	27
2. O Partido Político	28
3. Criação e autonomia.....	28
4. Filiações e Desfiliações Partidárias.....	37
5. Duplicidade e Coexistência de Filiações	39
6. Infidelidade Partidária e Perda de Mandato	42
7. Finanças Partidárias e Prestação de Contas	48
8. Competência da Justiça Eleitoral	60
9. Mandado de Segurança	61

Capítulo IV

A JUSTIÇA ELEITORAL	63
1. Seção I – COMPETÊNCIA	63
1.1. Lei complementar, Juizes auxiliares: instauração de processo de ofício	63
1.2. Resolução n. 22.610/2007	64
1.3. Lei n. 14.211/2021	64
2. Seção II ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E JURISDICIONAIS	65
2.1. Organização e administração do processo eleitoral	65
2.2. Resolução dos conflitos.....	67
2.3. Capacidade postulatória.....	67
3. Seção III – QUESTÕES PARTIDÁRIAS E ELEITORAIS	68
3.1. Do alistamento à diplomação.....	68
3.2. Composição numérica das Câmaras Municipais.....	68
3.3. EC n. 58/2009.....	68
3.4. Conflitos partidários	69
3.5. Propagandas institucional e partidária	70
3.6. Expulsão de filiado	70
3.7. Disputa de pré-candidatos nas convenções, interferência arbitrária de dirigentes partidários	70
3.8. Gestão do “Fundo Partidário”	71
3.9. Gestão do “Fundo de Campanha”	71

4. Seção IV – FUNÇÃO CONSULTIVA.....	72
4.1. Atribuição dos Tribunais Eleitorais.....	72
5. Seção V FUNÇÃO NORMATIVA.....	73
6. Seção VI – COMPOSIÇÃO	74
6.1. TSE: recorribilidade.....	74
6.2. Ação Rescisória Eleitoral.....	74
6.3. TRE: recorribilidade.....	79
6.4. Juizes Eleitorais	80
6.5. Magistrados “emprestados”: mandato.....	80
6.6. Impedimentos. Novo CPC.....	80
6.7. Juntas Eleitorais	83
7. Seção VII – O PODER DE POLÍCIA.....	84
7.1. Conceito.....	84
7.2. Atuação de ofício	84
7.3. Instauração de ação eleitoral de ofício	84
7.4. Posturas municipais.....	85

Capítulo V

O MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL.....	87
1. Seção I – ATRIBUIÇÕES.....	87
1.1. Defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais.....	87
1.2. Acesso às informações da Justiça Eleitoral	91
1.3. Execução das multas	93
1.4. Propaganda partidária irregular	97
2. Seção II – SEUS ÓRGÃOS.....	98
2.1. Procurador Geral Eleitoral.....	98
2.2. Procurador Regional Eleitoral.....	98
2.3. Promotor Eleitoral	98
2.4. Mandato/rodízio.....	99
2.5. Impedimentos. Novo CPC	99
2.6. Limites à manifestação do pensamento político.....	100

TÍTULO II

O PROCESSO ELEITORAL

Capítulo I

ALISTAMENTO ELEITORAL.....	105
1. Pressuposto objetivo do exercício do voto.....	106
2. Nome e Identidade de Gênero.....	106
3. Res. TSE n. 21.538/2003, atualizada até a Res. TSE n. 23.596/2019: nome social e identidade de gênero	107
4. Seção I – ALISTAMENTO OBRIGATÓRIO E FACULTATIVO	110
4.1 Obrigatório	110
4.2. Facultativo	111
4.3. Os “Inválidos” e os que se encontram fora do país.....	114
5. Seção II – DIREITOS POLÍTICOS	116
5.1. Conceito	116
5.2. Perda ou suspensão.....	117
5.3. Cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado	117
5.4. Incapacidade civil absoluta	117
5.5. Condenação criminal: autoaplicabilidade, penas privativas de liberdade, restritiva de direitos e pecuniária, suspensão condicional da pena, livramento condicional, crime doloso ou culposo e contravenção penal. Entendimento do STF em repercussão geral....	121
5.6 Recuperação assim que cumprida a pena.....	126
5.7 Perda do mandato eletivo.....	126
5.8 Suspensão de Direitos Políticos X Inelegibilidade	127
5.9 Recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa	128
5.10. Improbidade administrativa	130
5.11. Direitos políticos em Portugal	131
6. Seção III – OS INALISTÁVEIS	132
6.1. Os estrangeiros	132
6.2. Os conscritos.....	133
6.3. Os militares de carreira.....	134
6.4. O preso provisório	134
6.5. Hipóteses não recepcionadas pela CF/88	135

7. Seção IV – DOMICÍLIO ELEITORAL.....	135
7.1. Conceito: vínculos políticos, sociais e afetivos.....	136
7.2. Deferimento da inscrição e recurso: capacidade postulatória	138
7.3. Revisão do eleitorado.....	140
8. Seção V – TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO	140
8.1. Domicílio eleitoral histórico/afetivo	140
8.2. Domicílio na nova circunscrição	141
8.3. Recurso.....	142
9. Seção VI – EXCLUSÃO E CANCELAMENTO	142
9.1. Noção.....	142
9.2. Legitimidade do eleitor	142
9.3. Hipóteses	143
9.4. Correição e Revisão por notícia de fraude	144
9.5. Retificação de dados do eleitor	144
9.6. Revisão de ofício	145

Capítulo II

PEDIDO DE REGISTRO DE CANDIDATURA.....	147
1. Convenções partidárias.....	149
2. Candidatura nata.....	151
3. Eleições majoritárias (chapas) e proporcionais (listas abertas)	152
4. Reserva de gênero: limite percentual para homens e mulheres. Candidaturas fictas.....	153
5. Coligações: representação, verticalização	156
6. Pedido de registro das candidaturas: data limite e resumo do procedimento.....	160
7. Quitação Eleitoral	163
8. Omissão do partido: pedido feito pelo próprio candidato	164
9. Substituição de candidato: primeiro e segundo turnos.....	165
10. Documentos e informações para o registro	167
11. Diligências.....	168
12. Candidato sub judice	170
13. Expulsão do candidato do partido: cancelamento do registro.....	173

14. Seção I – CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE	173
14.1. Conceito.....	173
14.2. Elegibilidades próprias e impróprias	173
14.3. Hipóteses.....	175
14.3.1. Nacionalidade Brasileira e cargos privativos de brasileiro nato	175
14.3.2. Pleno exercício dos direitos políticos	177
14.3.3. Alistamento eleitoral.....	180
14.3.4. Domicílio eleitoral na circunscrição	180
14.3.5. Filiação partidária: lista de filiados, duplicidade e coincidência de filiações ..	182
14.3.6. Escolha em convenção	186
14.3.7. Idade mínima para a candidatura.....	187
14.3.8. Momento de Aferição	187
14.3.9. Elegibilidade Superveniente	190
14.3.10. Apresentadores e comentaristas de rádio e TV.....	194
15. Seção II – CONDIÇÕES DE REGISTRABILIDADE.....	195
15.1. Compreensão.....	195
15.2. Documentos necessários ao registro	196
16. Seção III – CAUSAS DE INELEGIBILIDADE	197
16.1. Compreensão e conceito	197
16.2. Inelegibilidade inata e inelegibilidade cominada	198
16.3. Inelegibilidades amplas/absolutas ou restritas/relativas.....	199
16.4. Inelegibilidades próprias e impróprias.....	199
16.5. Inelegibilidade Reflexa	199
16.6. Presunção de Inocência.....	200
16.7. Retrospectividade da LC n. 135/2010.....	202
16.8. Razoabilidade e Proporcionalidade das novas hipóteses.....	204
16.9. Hipóteses Constitucionais e Infraconstitucionais	204
16.9.1. Os analfabetos: teste de alfabetização	205
16.9.2. Os inalistáveis	208
16.9.3. Os incompatíveis por exercício de função: reeleição do titular, eleição do vice ao cargo de titular, candidatura a outros cargos, “prefeitos itinerantes”, desincompatibilização por renúncia, exoneração e licença, o território da disputa	208
16.9.4. Os incompatíveis por casamento ou parentesco: parentesco com o titular e parentesco com o vice; o território de jurisdição do titular; casamento religioso, concubinato e união estável homossexual; titular de mandato e candidato à reeleição	224
16.9.5. Inelegíveis por Desvio de Conduta: LC n. 64, art. 1º, I.....	237

17. Seção IV – AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO AO REGISTRO DE CANDIDATURA	314
17.1. Legitimação Ativa	314
17.2. Eleitor: notícia fundamentada de inelegibilidade	316
17.3. Conhecimento de ofício pelo Juiz Eleitoral.....	316
17.4. Legitimação passiva	318
17.5. Objeto da impugnação: arguição de inelegibilidades constitucionais e infraconstitucionais: preclusão, inelegibilidade superveniente.....	319
17.6. Negativa de diplomação do eleito.....	322
17.7. Prazo para impugnação	323
17.8. Notificação pelo mural eletrônico, por mensagem instantânea, e-mail ou correspondência. Contestação em sete dias. Audiência.....	325
17.9. Diligências. Alegações finais. Parecer do Ministério Público.....	325
17.10. Decisão. Recurso. Prazos peremptórios, plantão da Justiça Eleitoral aos sábados, domingos e feriados.....	326

Capítulo III

PROPAGANDA ELEITORAL	331
1. Conceito.....	331
2. Propaganda partidária	333
3. Promoção pessoal.....	337
4. Princípios que a orientam.....	338
5. Art. 36-A, da Lei n. 9.504/97	340
6. Seção I – INÍCIO DA PROPAGANDA	358
6.1 Disciplina do Código Eleitoral e da Lei das Eleições.....	358
6.2 Propaganda extemporânea.....	358
6.3 Prévio conhecimento. Intimação do Juiz Eleitoral ou recomendação do MP.....	359
6.4 Responsabilidade solidária do candidato e do Partido Político	361
7. Seção II PROPAGANDA INTRAPARTIDÁRIA.....	363
7.1 A quem se dirige.....	363
7.2 Período de permissão	363
7.3 Propaganda intrapartidária x propaganda extemporânea	364

8.	Seção III – PROPAGANDA LÍCITA	365
8.1	Bens Particulares. Adesivos plásticos. Justaposição. Autorização do proprietário.....	365
8.2	Placas, pinturas em muros	368
8.3	Folhetos, volantes e outros impressos	368
8.4	Alto-falantes.....	371
8.5	Comícios. Limite de horário. Crime de desobediência. Poder de polícia.....	374
8.6	Outdoor. Proibição da Lei n. 11.300/2006. Placas justapostas	378
8.7	Jornais e revistas: tratamento privilegiado.....	380
8.8	Rádio e TV	381
8.8.1.	Horário gratuito em rede	382
8.8.2.	Horário gratuito em inserções	383
8.8.3.	Distribuição do tempo entre partidos e coligações. Inconstitucionalidade.....	385
8.8.4.	Conteúdo dos programas	387
8.8.5.	Restrições à programação normal: apresentadores e comentaristas	389
8.8.6.	Debates	393
9.	Internet	395
9.1.	Sites de Candidatos e Partidos	395
9.2.	Mensagens Eletrônicas	395
9.3.	Blogs, Redes Sociais e Mensagens Instantâneas	398
9.4.	Livre Manifestação do Pensamento.....	399
9.5.	Propaganda Paga e Impulsionamento.....	399
9.6.	Sites de Pessoas Jurídicas e Órgãos Públicos.....	402
9.7.	Cadastro de Endereços Eletrônicos: doação/utilização	402
9.8.	Cadastro de Endereços Eletrônicos: venda	403
9.9.	Provedores de Conteúdo e de Serviços Multimídia	404
9.10.	Atribuição de Autoria a Terceiros	404
9.11.	Suspensão de Acesso	405
9.12.	Evolução do Ambiente Tecnológico	405
10.	Violação de propaganda lícita: crime eleitoral.....	406
11.	Poder de Polícia na Internet.....	406
12.	Seção IV – O DIREITO DE RESPOSTA	407
12.1.	Excessos. Afirmções inverídicas, injuriosas, caluniosas e difamatórias	407
12.2.	Disciplina do Código Eleitoral. Disciplina da Lei das Eleições. Ofensa a candidatos. Ofensa a terceiros. Ofensa a pessoa jurídica. Ofensa a autoridades públicas.....	407
12.3.	Veiculação por diversos meios	410
12.4.	Indevida utilização do direito de resposta	412

13. Seção V – PROPAGANDA NÃO TOLERADA	413
13.1. Hipóteses e poder de polícia.....	413
13.2. As posturas municipais.....	414
14. Seção VI PROPAGANDA ILÍCITA	415
14.1. Bens pertencentes ao Poder Público. Bens cujo uso dependa de cessão do Poder Público: táxis, ônibus, etc..	415
14.2. Bens de uso comum: bares, clubes, estádios de futebol, etc..	417
14.3. Cavaletes e bonecos nas vias públicas	419
14.4. Multa ou restauração do bem: § 1º do art. 37.....	422
14.5. Postes de iluminação, pontes, passarelas	425
14.6. Brindes de Campanha.....	426
14.7. Outdoor e showmícios.....	427
14.8. Símbolos, frases ou imagens, associadas ou semelhantes às empregadas por órgão de governo.....	427
15. Seção VII – ABUSO DE PODER E USO INDEVIDO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO.....	428
15.1. Conceituação	428
15.2. Comprometimento da normalidade e legitimidade das eleições. Nexo de causalidade. Gravidade	430
15.3. Prévio conhecimento. Verificação objetiva	432
15.4. Inelegibilidade	433
15.5. Cassação do registro ou do diploma. Desconstituição do Mandato Eletivo.....	434
15.6. Abuso do poder simples e abuso do poder qualificado	434
16. Seção VIII – ABUSO DO PODER ECONÔMICO, MOVIMENTAÇÃO ILÍCITA DE RECURSOS (ART. 30-A) E CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO (ART. 41-A)	437
16.1. Conceituação.....	437
16.2. Descumprimento das normas relativas à arrecadação dos fundos de campanha. Vedação das doações de pessoas jurídicas: ADI 4650. Limite de gastos fixado pelas Leis n. 13.488/2017 e 13.878/2019.....	437
16.3. Descumprimento das normas relativas aos gastos de campanha	442
16.4. Art. 41-A, da LE. Multa. Cassação do registro ou do diploma. Novas eleições (art. 224, § 3º, do CE). Efeito do recurso (art. 257, § 2º, do CE).....	443
16.5. Art. 30-A, da LE.	457
17. Seção IX ABUSO DE PODER POLÍTICO E CONDUTAS VEDADAS.....	463
17.1. Compreensão.....	463
17.2. Conceito de agente público. Improbidade administrativa	464

17.3.	Art. 73 e ss., da LE: constitucionalidade	466
17.4.	Hipóteses.....	470
17.4.1.	Cessão e uso de bens públicos (inciso I).....	470
17.4.2.	Uso de materiais e serviços públicos (inciso II)	472
17.4.3.	Cessão ou uso de servidores públicos (inciso III).....	473
17.4.4.	Uso promocional de programas públicos de assistência social (inciso IV) e criação de programas sociais em ano de eleição (§ 10)	475
17.4.5.	Nomeação de servidores públicos (inciso V)	485
17.4.6.	Transferência voluntária de recursos públicos (inciso VI, "a").....	489
17.4.7.	Publicidade Institucional (inciso VI, alínea "b")	492
17.4.8.	Pronunciamento em cadeia (inciso VI, alínea "c")	497
17.4.9.	Gastos com publicidade institucional (inciso VII)	498
17.4.10.	Revisão geral de remuneração dos servidores (inciso VIII).....	500
17.4.11.	Publicidade institucional desvirtuada (art. 74).....	502
17.4.12.	Shows artísticos em inaugurações públicas (art. 75).....	504
17.4.13.	Participação de candidatos em inaugurações públicas (art. 77).....	506
18.	Seção X – ABUSO (USO INDEVIDO) DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	508
18.1.	Compreensão.....	508
18.2.	Abusos na imprensa escrita.....	508
18.3.	Abuso no rádio e na TV.....	509
18.4.	Outros meios de comunicação. Abuso do poder religioso.....	511
19.	Seção XI – DAS PESQUISAS E TESTES PRÉ-ELEITORAIS	513
19.1.	Registro prévio na Justiça Eleitoral.....	513
19.2.	Divulgação sem registro: multa.....	514
19.3.	Pesquisa fraudulenta: Crime Eleitoral	515
19.4.	Divulgação de pesquisa no dia da eleição	515
19.5.	Enquetes e sondagens: Lei n. 12.891/2013.....	516
20.	Seção XII – FIM DA PROPAGANDA	518
20.1.	No rádio, na TV e em Comícios	518
20.2.	Impressos, carreatas, alto-falantes	519
20.3.	Jornais e revistas.....	519
20.4.	Internet.....	519
21.	Seção XIII – RETIRADA DA PROPAGANDA.....	520
21.1.	Prazo no primeiro e segundo turnos	520

22. Seção XIV – REPRESENTAÇÃO	521
22.1. Art. 96, da Lei 9.504/97: objeto	521
22.2. Momento para ajuizamento	523
22.3. Natureza de ação.....	523
22.4. Competência	524
22.5. Legitimação ativa.....	526
22.6. Legitimação passiva	527
22.7. Procedimento Sumaríssimo	528
22.8. Instrução e produção de prova	529
22.9. Decisão e recursos ordinário, especial, extraordinário e agravo	531
22.10. REPRESENTAÇÃO ESPECIAL: Objeto (arts. 23, 30-A, 41-A, 73, 74, 75, 77) procedimento.....	532
22.11. Litisconsórcio passivo com o agente público	533
22.12. Termos inicial e final para a propositura e procedimento	535
22.13. Procedimento e Prova	537
22.14. Decisão	541
22.15. Recurso e efeitos da decisão: cassação e novas eleições majoritárias.....	541
23. Seção XV – AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL – AIJE.....	544
23.1. Caracterização, cabimento e objeto	544
23.2. Natureza de Ação. Petição inicial	546
23.3. Legitimação ativa: Capacidade postulatória. Eleitor. Partido/Federação/Coligação. Desistência.....	547
23.4. Legitimação passiva: litisconsórcio necessário	550
23.5. Momento para sua propositura. Prazo final. Decadência.....	552
23.6. Competência do Corregedor.....	554
23.7. Procedimento: defesa, dilação probatória, alegações finais.....	555
23.8. Decisão, efeitos antes e depois das eleições.....	561
23.9. Recursos eleitoral, especial e extraordinário. Efeito suspensivo nas instâncias ordinárias e novas eleições.....	564

Capítulo IV

DAS GARANTIAS ELEITORAIS.....	567
1. Garantia contra prisões de candidatos.....	567
2. De eleitores	568
3. De membros das mesas receptoras e fiscais partidários.....	568
4. Garantia do exercício do voto dos trabalhadores	569

Capítulo V

O DIA DAS ELEIÇÕES	571
1. Seções Eleitorais. Mesa Receptora de Votos	571
2. Presidente da Mesa	572
3. Os Fiscais de Partidos/Coligações	572
4. Propaganda eleitoral: boca de urna. Crime eleitoral Manifestação silenciosa: bótons, flâmulas, adesivos, etc	573
5. Transporte e alimentação de eleitores. Crime eleitoral	575

Capítulo VI

APURAÇÃO E TOTALIZAÇÃO DOS VOTOS.....	579
1. Apuração tradicional, fiscalização dos partidos	579
2. Apuração eletrônica	579
3. Destino dos votos na eleição proporcional: art. 175, CE e art. 16-A, LE.	580

Capítulo VII

ARRECADAÇÃO, GASTOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CAMPANHA	583
1. Arrecadação: formalidades, período, doação de pessoas físicas, financiamento coletivo, limites e apuração de excesso	583
2. Recursos próprios	596
3. Fundo Partidário	598
4. Fundo Especial de Financiamento de Campanha	600
5. Comercialização de bens e realização de eventos	604
6. Limite de gastos previsto na lei	604
7. Destinação lícita e ilícita dos recursos.....	608
8. Prestação de Contas: prazo	612
9. Responsabilidade do candidato e do administrador financeiro. Falsidade ideológica eleitoral	613
10. Contas de campanha do partido. Consequência da desaprovação	613
11. Sobras e dívidas de campanha	614
12. Rejeição das contas do candidato. Suspensão da quitação eleitoral.....	615
13. Contas não prestadas. Suspensão da quitação eleitoral	615
14. SPCE e prestação de contas simplificadas. Autuação no PJe	616

15. Ausência de movimentação financeira e controle concomitante	617
16. Prestação de contas anuais dos partidos: caixa 2 e lavagem de dinheiro	618
17. Prestação de contas parciais e publicação das doações financeiras em 72 horas.....	619
18. Jurisprudência	622

Capítulo VIII

DIPLOMAÇÃO DOS ELEITOS 625

1. Conceito. Natureza declaratória	625
2. Competência	626
3. Seção única – RECURSO CONTRA A EXPEDIÇÃO DO DIPLOMA.....	627
3.1. Hipóteses de cabimento	627
3.2. Inelegibilidades supervenientes. Art. 262, § , do CE.....	628
3.3. Negativa de diplomação.....	639
3.4. Inelegibilidades constitucionais.....	640
3.5. Prova pré-constituída. AIJE.	641
3.6. Captação ilícita do sufrágio.....	643
3.7. Legitimação ativa.....	644
3.8. Legitimação passiva. Litisconsórcio passivo.....	644
3.9. Prazo para propositura e efeito sobre o diploma	645
3.10. Juízo de retratação.....	647

Capítulo IX

AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO 649

1. Notícia histórica. Natureza	649
2. Competência	650
3. Prazo para propositura. Suspensão dos prazos processuais. Aplicação	651
4. Hipóteses de cabimento. Fraude nas candidaturas femininas	653
5. Legitimação ativa. Desistência do legitimado: MPE assume a titularidade. Assistência litisconsorcial	661
6. Legitimação passiva. Litisconsórcio passivo.....	662
7. Assistência do partido do impugnado.....	668
8. Procedimento: art. 3º, da LC n. 64/90. Testemunhas. Escuta ambiental.....	668
9. Prova emprestada, litispêndência e conexão.....	678
10. Sentença: novas eleições, diplomação do 2º colocado, inelegibilidade	681

11. Recurso. Efeito suspensivo. Art. 257, § 2º	
Recurso adesivo.....	668
12. Execução da sentença.....	689

Capítulo X

CRIMES ELEITORAIS E PROCESSO PENAL ELEITORAL	691
1. Pena mínima: art. 284.....	691
2. Declaração falsa de domicílio eleitoral: art. 289	691
3. Caixa 2: art. 350.....	693
4. Impedir ou inutilizar propaganda alheia: arts. 331 e 332	694
5. Afirmções inverídicas ou ofensivas e humilhantes: arts. 323 e 326-B	694
6. Compra de votos: art. 299	696
7. Coação ao voto: art. 301	700
8. Desobediência eleitoral: art. 347	700
9. Sorteios e brindes: art. 334	701
10. Transporte e alimentação de eleitores: art. 302, CE, e Lei n. 6.091/74	702
11. Boca de urna: art. 39, § 5º, da Lei n. 9.504/97	703
12. Crimes contra a honra. Imunidade parlamentar: art. 324, 325 e 326.....	706
13. Denúnciação caluniosa eleitoral	707
14. Apropriação indébita eleitoral	708
15. Ação penal pública incondicionada	709
16. Crimes Eleitorais conexos com Crimes Comuns	709
17. Foro privilegiado. Súmula 394, do STF. Lei 10.628/02. Inconstitucionalidade	710
18. Interrogatório e defesa. Procedimento do CPP.....	713
19. Recurso. Razões recursais. Prazo.....	715
20. Transação penal e Suspensão condicional do processo.....	716
21. Juiz de Garantias	718
22. Impedimento do Juiz. Prova Inadmissível	719
23. Arquivamento do inquérito no MP.....	719
24. Acordo de não persecução penal.....	719
BIBLIOGRAFIA	725

Anexo
MODELOS DE FORMULÁRIOS

Anexo A	
– RECOMENDAÇÕES, AVISOS, REQUERIMENTOS, ETC.	727
Anexo B	
– REQUERIMENTO DE EXCLUSÃO/CANCELAMENTO.....	736
Anexo C	
– AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE REGISTRO DE CANDIDATURA (AIRC)	
– INICIAIS E PARECERES	737
Anexo D	
– PARECER EM PEDIDO DE RESPOSTA.....	799
Anexo E	
– REPRESENTAÇÃO E RECURSO	801
Anexo F	
– AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL (AIJE).....	820
Anexo G	
– AÇÃO CAUTELAR.....	822
Anexo H	
– REPRESENTAÇÃO PARA RETIRADA DE PROPAGANDA ELEITORAL.....	825
Anexo I	
– AIME – AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO	827
Anexo J	
– CANDIDATURA FICTÍCIA	832
Anexo K	
– RCED – RECURSO CONTRA A EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA.....	843
Anexo L	
– SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA DE REPRESENTAÇÃO (Art. 41-A).....	845
Anexo M	
– SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA DE AIME.....	847
Anexo N	
– RECOMENDAÇÃO – NÚMERO DE VEREADORES.....	856

XXVIII

Anexo O

– REPRESENTAÇÃO POR EXCESSO DE DOAÇÃO: Art. 23..... 858

Anexo P

EXCESSO DE DOAÇÃO: Alegações Finais 866

Anexo Q

– AÇÃO DE SUSPENSÃO DE DIRETÓRIO 872